

POR UMA PRAGMÁTICA FILOSÓFICA

ARLEY R. MORENO
(UNICAMP)

1 - Gostaria de expor uma concepção de Pragmática, com a qual me encontro atualmente envolvido, que é o resultado de um processo pessoal de reflexão a respeito de questões epistemológicas levantadas por certos filósofos. São questões relativas aos fundamentos do conhecimento, em geral, e, em particular, à possibilidade de aplicação dos conceitos à experiência assim como ao papel desempenhado pelo simbolismo linguístico na organização dos conteúdos da experiência em formas conceituais. A concepção que procurarei expor, consiste em sugerir que uma interpretação filosófica da ligação entre o empírico e o simbolismo linguístico, em particular, deve passar pela aplicação de conceitos de natureza pragmática, sem os quais essa interpretação correrá o risco do dogmatismo - seja ele realista ou idealista.

Uma vez que se trata de expor um percurso pessoal, não poderei furtar-me em assumir o discurso na primeira pessoa e, nem, de referir-me a textos próprios que considero pertinentes para a questão.

2 - As raízes desta concepção de Pragmática encontram-se na discussão a respeito da necessidade analítica e da necessidade sintética: como interpretar estas duas formas da necessidade em nosso conhecimento? A solução kantiana pode ser tomada como um referencial: o pensamento, por um lado, livre de qualquer conteúdo ou de qualquer forma expressiva, realiza, autonomamente, as ligações analiticamente necessárias, e, por outro lado, *enquanto* determinado por princípios *a priori* da forma da percepção sensível realiza as ligações sinteticamente necessárias. Quando uma propriedade for considerada como elemento definitório de um conceito, a relação atributiva entre ela e o conceito corresponde à explicitação do vínculo de definição - quando dizemos, p.e., que todos os corpos possuem extensão; quando não for esse o caso, i.e., quando a propriedade não definir, ainda que parcialmente, o conceito, mas a relação atributiva estiver subsumida às formas *a priori* do objeto perceptível, esta relação fornecerá aspectos novos não contidos previamente no conceito - quando dizemos, p.e., que a menor distância entre dois pontos situados em um mesmo plano é a linha reta. Nos dois casos, reconhecemos a presença da necessidade, mas revestida, em cada um, de características bastantes distintas: no primeiro, explicitamos um aspecto da

definição, enquanto, no segundo, apresentamos um novo aspecto do conceito que não poderá ser refutado pela experiência.

Uma das tarefas a que se dedicou o empirismo lógico - tarefa filosoficamente profunda, por suas consequências para a elaboração de um modelo de interpretação empirista do conhecimento - foi a de eliminar a idéia de necessidade sintética, i.e., de uma forma de produção de novos conhecimentos que seria independente da experiência - como se o pensamento fosse capaz de produzir, de maneira autônoma, novos objetos para o conhecimento científico. A interpretação kantiana, que consiste em indicar elementos de natureza transcendental, sob a forma de princípios *a priori* da percepção em geral, é substituída pela idéia de elementos de natureza lógica, relações e propriedades, que permitem organizar *a priori* a experiência, mas sem qualquer intervenção de formas apreensivas do sujeito epistêmico. É claro que cada filósofo irá propor um uso específico para a noção de forma lógica, podendo variar desde sua localização nos próprios fatos, ou a afirmação de um paralelismo formal entre os fatos e a linguagem, até sua localização exclusiva na sintaxe do simbolismo linguístico; em todos esses casos, é o lógico substituindo o transcendental: o *a priori* característico de operações que constroem as formas do conhecimento analítico substituindo o *a priori* característico de princípios que impõem sua forma a qualquer construção epistêmica que o sujeito possa vir a realizar, especialmente às formas sintético-*a priori* : é a forma lógica, em qualquer de suas variantes, que vem explicar a necessidade presente nas ligações analíticas, e não mais os princípios transcendentais do sujeito epistêmico - deixando de haver lugar para a necessidade sintética.

Neste contexto, interessa-me salientar, exclusivamente, que o deslocamento da idéia de transcendental para a de forma lógica leva a uma nova concepção de *objeto*, ou melhor, de “objetividade” enquanto propriedade a ser atribuída. em geral. pelo pensamento. De fato, com a idéia kantiana de transcendental, as condições para que algo possa ser pensado *enquanto objeto* dizem respeito à percepção sensível, a saber, suas formas *a priori* que são o tempo e o espaço; com o deslocamento para a idéia de forma lógica, essas condições estarão cada vez mais próximas, relativamente aos diferentes filósofos, do simbolismo linguístico, abandonando, assim, a percepção sensível como solo de origem. Em outros termos, é a própria expressão linguística que torna possível pensar algo enquanto objeto, sem que seja preciso recorrer às formas *a priori* da percepção. Esta mudança conduz, como se vê, à necessidade de uma teoria da representação: se os princípios formais do conhecimento não são colocados na percepção, mas, no simbolismo, como será então possível, não apenas representar, mas, principalmente, *constituir* os conteúdos da experiência sensível enquanto *objeto* através de formas do simbolismo linguístico? É assim que interpreto, para meus propósitos, a passagem da **Crítica** kantiana ao **Tractatus** enquanto uma Crítica da linguagem pura (cf. Moreno 85,§1).

3 - Outro elemento, presente na concepção de Pragmática que proponho, encontra-se no que poderíamos denominar de “empirismo formal” de G-G.Granger. Desta modalidade de empirismo, gostaria de reter alguns pontos. Em primeiro lugar, sua

concepção do transcendental: partindo de Kant, trata-se de um alargamento e de uma mudança de foco da função transcendental. Por um lado, a determinação *a priori* de um campo de possibilidades para *operações* em geral deixa de ser definitiva e fixa, passando a assimilar a dimensão histórica: será, agora, um campo determinado ainda *a priori*, mas, provisoriamente, sujeito às mudanças e transformações internas que podem ocorrer nos diferentes campos do conhecimento. Daí, a inadequação de tabelas de princípios *a priori* e de categorias que, por mais gerais que possam ser, nunca deixarão de corresponder a pontos de vista teóricos ou filosóficos mais ou menos precisos, sujeitos que são à sua inevitável expressão conceitual; a vida e as transformações dos conceitos passam, aqui, a indicar *a priori* os campos provisórios de possibilidade para as operações cognitivas. Um sistema arquitetônico definitivo de condições dará lugar, então, a uma Epistemologia Comparativa. Por outro lado, e acompanhando, neste ponto, a mudança de perspectiva contida no **Tractatus**, tal como sugerido anteriormente, a função transcendental passa a ser exercida, contrariamente a Kant, pela própria Lógica formal, que deixa de fornecer o conjunto de regras a respeito do pensamento em geral, i.e., sem conteúdos objetivos, e passa a regular o pensamento da forma de objetos, com a especificação de que se trata de objetos *exprimíveis linguisticamente*. É que a objetividade não mais será concebida como uma propriedade exclusivamente relativa às formas da sensibilidade, mas como tributária das condições do pensamento simbólico. Não apenas é reconhecido o papel do simbolismo na constituição da objetividade como também o estatuto da percepção sensível relativamente ao simbolismo: toda percepção já é, em diferentes graus e sob diferentes formas, um processo simbólico. Uma das tarefas da Lógica, em sua função transcendental, consistirá, assim, em fornecer as regras mais gerais, e *a priori*, da objetividade, organizando simbolicamente os dados sensíveis. Uma tal Lógica, todavia, terá o estatuto de meta-linguagem relativamente aos diferentes sistemas simbólicos, naturais ou artificiais, que exprimem objetos: fornecerá as regras gerais a que todo simbolismo linguístico deve submeter-se para ser capaz de exprimir os legítimos objetos, i.e., objetos passíveis de expressão não-contraditória - ainda que os objetos possam ser, eles-próprios, contraditórios: ao afirmar o objeto **p** através da proposição “p”, afirmo, também, negativamente, a exclusão de “~p”, ainda que **p** seja contraditório; mas não posso afirmar “p “ e ao mesmo tempo negar esta afirmação. Assim, esta teoria transcendental do pensamento objetivo supõe a existência de um simbolismo linguístico já constituído - a própria linguagem natural e as linguagens formalizadas das ciências exatas e naturais -, e sua função é a de fornecer as regras gerais desse simbolismo, regras que serão, portanto, comuns a todos os simbolismos particulares.que dão expressão ao pensamento objetivo. É neste sentido que a Estética transcendental deveria dar lugar a uma atividade igualmente de natureza transcendental, mas, agora, incidindo sobre as condições mais gerais do simbolismo linguístico, i.e., uma Semiótica (Granger 94, cp.2). Abre-se aqui, como veremos a seguir, um novo campo de pesquisas.

Em segundo lugar, gostaria também de reter a concepção de *significação* que nos propõe Granger (Granger 68,cp.V) Este conceito permite-lhe introduzir o conceito de *estilo* através da idéia, que aqui mais nos interessa, de *uso* do simbolismo: o estilo é o

resultado de um trabalho sistemático sobre o conjunto de elementos que ficam sempre explicitamente excluídos da construção de uma estrutura. No nível da relação simbólica, a significação corresponde aos usos diferenciados que podem ser feitos da ligação original entre o signo e o seu objeto de reenvio. É a idéia de *uso*, com fortes ressonâncias wittgensteinianas, em suas relações com os conceitos de *estilo* e *significação* que me interessa, à medida em que estes últimos, por um lado, se opõem aos conceitos de *estrutura* e *sentido*, e, por outro lado, introduzem uma dimensão *operatória* na construção das ligações simbólicas. Ao organizar a experiência através de formas simbólicas objetivantes, o pensamento realiza essencialmente um trabalho de *eliminação* dos elementos considerados não-pertinentes ou redundantes, chegando, assim, a construir formas estáveis e relativamente exatas. Ora, isto supõe que o trabalho seletivo se mova em um universo já relativamente bem organizado, não apenas pela percepção simbólica, como, também, por *operações* de natureza igualmente simbólica: são formas elementares do simbolismo realizadas através das ações, p.e., de nomear, chamar, contactar, influenciar, etc., ou expressas através de atitudes proposicionais, como a intenção, a expectativa, a vontade, etc. Este universo simbólico é tão bem organizado que o trabalho do pensamento formal consiste em elaborar instrumentos operacionais que permitam neutralizar as constantes e inevitáveis interferências dos elementos desse universo, guardando, exclusivamente, o que for considerado como sendo pertinente do ponto de vista da objetivação da experiência. Ora, se a significação e o estilo, cada um à sua maneira, podem ser considerados, como o faz Granger, como sendo a face negativa das estruturas, é possível, também, invertendo o ponto de vista, afirmar que são estas a face negativa da significação e do estilo. Esta inversão, que realizo por minha própria conta, interessa-me à medida em que abre o novo campo de pesquisas a que me referi acima: trata-se de explorar as formas mais elementares do simbolismo em geral, e, no que me concerne, do simbolismo linguístico em particular, que são pressupostas pela atividade formalizante, ou objetivante - no sentido de Granger - do pensamento, e, mais amplamente, pela atividade meta-linguística com função transcendental que é a Lógica formal - tal como ele a concebe. Ora, é à exploração desses processos linguísticos elementares que se dedica Wittgenstein, após o **Tractatus**.

4 - Em Wittgenstein, encontro o último elemento para compor esta concepção de Pragmática. E retomo, neste ponto, as relações entre as formas analítica e sintética do conhecimento: como interpretar esta oposição e, mais geralmente, como interpretar a idéia de necessidade no interior do universo das formas linguísticas pré-lógicas? - ou “proto-lógicas”, como diria Granger (Granger 94, cp.V). Ao eliminar ações e atitudes, o pensamento formalizante não está, na verdade, excluindo apenas conteúdos empíricos - tais como, os comportamentos de nomear, chamar, obrigar ou os estados mentais de intencionar, esperar, desejar, etc. - mas, principalmente, atividades de natureza linguística: Wittgenstein mostra-nos, nesse sentido, que nomear, perceber, ler, esquecer-se, reconhecer, intencionar, pensar, compreender, ter sensações, calcular, ter sentimentos, e inúmeras outras atividades, correspondem a complexas *operações*

linguísticas que podem, todavia, passar-nos despercebidas ao manifestarem-se empiricamente das mais diversas e elementares maneiras - justamente, através de comportamentos, sensações, emoções e atitudes. Ao relatar que alguém ama ou esquece, não estou apenas descrevendo comportamentos, mas, principalmente, aplicando conceitos a determinadas atividades que são, por sua vez, regradas segundo o uso que fazemos desses mesmos conceitos. Da mesma maneira, ao relatar que eu próprio amo ou esqueço, não descrevo estados anímicos específicos e privados, mas aplico conceitos a situações linguisticamente regradas que permitem, por isto mesmo, identificar e exprimir aquilo que sinto e faço. Não apenas os dados da percepção sensível como também as ações e os estados mentais, *enquanto* são *expressos linguisticamente*, podem ser considerados como formas simbólicas elementares, regras para a aplicação de palavras, formando o universo de elementos pré-lógicos que é o solo de origem da meta-linguagem lógica e do pensamento formalizante. Não se trata, aqui, de neutralizar a diferença entre a expressão e seus conteúdos, mas de salientar que qualquer elemento extra-simbólico é *constituído* enquanto *objeto* de pensamento ao ser assimilado à linguagem através de sua própria expressão; pelo contrário, independentemente de sua expressão linguística, o universo de elementos extra-simbólicos permanece inacessível ao pensamento objetivo, permanece um algo, como diz Wittgenstein, a respeito do qual nada pode ser dito - e podemos precisar: permanece um *algo* inacessível à categoria de *objeto* (cf. Moreno 93, cp.I).

Assistimos, assim, o esforço de Wittgenstein em integrar à sua concepção da significação (*Bedeutung*) linguística aqueles elementos pré-lógicos que foram banidos pelo pensamento formalizante através da análise lógica. Isto não implica que este mesmo pensamento não se exerça sobre os elementos pré-lógicos, mas, sim, que, neste nível, ficam modificadas as relações entre as formas analítica e sintética, chegando-se, então, a uma nova concepção da necessidade. De fato, a verdade analítica perde seu caráter absoluto e torna-se relativa às convenções linguísticas: ao afirmar que todo solteiro é celibatário, que todo humano é racional, que toda planta é vegetal, que toda reta é uma sequência de pontos ou que todo triângulo é uma figura geométrica que possui três lados, estamos apresentando *definições* que estabelecem equivalências entre palavras ou entre expressões conceituais, i.e., definições de relações linguísticas de sinonímia. É neste sentido, estritamente linguístico e convencional, que as ligações conceituais seriam qualificadas de analíticas; entretanto, já não mais é pertinente aplicar a este caso o conceito de *verdade*: estas proposições não correspondem a qualquer tipo de fato, mas, apenas, a definições terminológicas. A ligação conceitual analítica não indica a verdade e nem a necessidade de uma proposição que possua essa forma, senão indica apenas que a proposição é uma definição linguística coerente. A verdade nunca é, pois, analítica; todas as formas de verdade são de natureza sintética. Enunciados como “a menor distância entre dois pontos situados sobre um mesmo plano é a linha reta”, “todos os corpos são extensos”, “o todo é maior do que suas partes”, “o branco é mais claro do que o preto”, “sensações são privadas”, “isto existe” não são simples definições de equivalências terminológicas, mas afirmações que, apesar de terem sua verdade sempre confirmada pela experiência, incorporam novas informações sobre os fatos: sua verdade *a priori* é de natureza sintética.

Ao integrar os elementos pré-lógicos, a análise da significação linguística conduzirá à idéia de que mesmo a ligação mais elementar da linguagem com o mundo já é informativa, e não meramente arbitrária. Por exemplo, o processo de nomeação, considerado por Wittgenstein um jogo de linguagem bastante primitivo, preparatório aos jogos mais complexos da descrição, permite associar de maneira elementar signos e objetos quaisquer para as mais diversas finalidades. Os nomes são como etiquetas coladas, de modo mais ou menos arbitrário, sobre os objetos nomeados, e para tanto lançamos mão das mais variadas técnicas, tais como, o simples gesto ostensivo, a repetição de sons acompanhada de gestos, a apresentação de tabelas associando palavras e amostras dos objetos, a apresentação de paradigmas, etc. Esta associação elementar já é bastante informativa a respeito das formas de organização da experiência e, mesmo, a respeito do que será considerado *objeto*: p.e., que sons serão usados como signos associados a certas regiões da experiência, que tais regiões da experiência serão substituídas por signos a elas associados, que será possível identificar objetos através de seus nomes, que será possível usar esses nomes para chamar os objetos, para referí-los, ou para comunicar informações a seu respeito, ou, ainda, simplesmente, para exprimir-se, etc. A ligação entre nome e objeto não se reduz mais, como no **Tractatus**, à denotação, à simples relação de substituição lógica onde o nome substitui, na proposição, aquilo que é logicamente simples no fato. Esta relação elementar de substituição passa a ser concebida, após o **Tractatus**, como apenas um dos aspectos da ligação entre nome e objeto, aquele aspecto característico de uma situação linguística determinada, a do jogo referencial ou denotativo cujo modelo lógico é explorado no **Tractatus**; mas esta situação não esgota a complexidade da ligação entre nome e objeto. Ora, o reconhecimento desta complexidade conduz Wittgenstein a assimilar os inúmeros elementos presentes na relação entre nome e objeto que ficam eliminados quando se assume o ponto de vista lógico. Se é possível reconhecer conteúdos informativos a respeito da experiência e de suas relações com a linguagem já no nível elementar das ligações entre nome e objeto, novas informações surgirão com mais força e riqueza nos níveis mais complexos das proposições em suas ligações com os fatos. Passamos, então, a poder falar a respeito dos objetos, i.e, podemos descrevê-los, atribuindo-lhes propriedades - as quais também já possuem nomes - e relacionando-os entre si: “este objeto é vermelho”, “a água ferve a 100°C.”, assim como “todos os corpos são extensos”, “o todo é maior do que suas partes”, etc. Por sua vez, estas descrições podem ter, igualmente, diversas finalidades, além daquelas presentes no nível da nomeação: propor modelos teóricos dos fatos, fazer experimentos, assim como, influenciar o interlocutor, contar histórias, recitar em voz alta, ler ou imitar a leitura, etc. É aqui que encontramos as proposições descritivas que são sempre confirmadas pela experiência e, ao mesmo tempo, contêm novas informações a seu respeito. Qual é a informação contida em uma proposição como “todos os corpos possuem extensão”? Ficamos sabendo, p.e., que nossa experiência pode ser organizada segundo determinadas técnicas de mensuração, assim como, que sua organização em termos de superfícies é eficaz uma vez que os resultados são bastante estáveis, permitindo a classificação dos objetos quanto aos seus comprimentos, etc. O conhecimento e a familiaridade com estas técnicas e com estes resultados levam-nos a construir novas

técnicas, integrando ou não as anteriores, ampliando seu campo de aplicação: p.e., passamos a definir um conceito de *corpo* relativamente à divisão das superfícies em comprimentos e medida das extensões, ou, então, relativamente a escalas de densidade e medida das massas, etc.. A significação do conceito supõe, assim, a exploração prévia da experiência, através de sua manipulação por meio de diferentes técnicas e de outros conceitos, e o conhecimento dos resultados obtidos. Os resultados poderiam ser diferentes - como é o caso, p.e., da relação entre os conceitos de *corpo* e *peso* - se a superfície dos corpos não fosse suficientemente estável, ou se não tivéssemos desenvolvido medidas precisas para os comprimentos, mas apenas para grandezas intensivas, ou apenas para outros tipos de grandezas independentes da dimensão espacial. Ainda que diferentes, entretanto, as aplicações dessas técnicas e seus resultados estarão sempre fornecendo novas informações a respeito da experiência.

Mas, como interpretar o fato de que a verdade de algumas proposições descritivas seja independente da experiência? Certamente, no sentido mais profundamente kantiano, e que nos parece explicitável dentro da perspectiva wittgensteiniana - tal como a apresentamos - a saber: ainda que tendo por *origem* a experiência, a verdade de tais descrições *não é determinada* por ela, mas pelos diferentes processos de manipulação simbólica, pelas diferentes operações de pensamento a que submetemos a experiência - situando-se, está claro, a grande diferença entre os dois filósofos, quanto a este ponto, nas respectivas aplicações do *a priori*. E temos assim, igualmente, a autonomia do pensamento com relação à experiência: operações que consistem em *construir* e *aplicar símbolos* organizando a experiência em objetos de pensamento. Dentre as operações de natureza simbólica, passaremos a admitir, com Wittgenstein, aquelas que haviam sido eliminadas pela análise lógica: operações envolvidas nas ações, comportamentos, sentimentos, emoções, percepções, etc., na medida em que tais atividades são expressas linguisticamente, i.e., no interior de situações regradas e organizadas através de palavras e conceitos. Não, esteja claro, os sentimentos, as emoções, os dados da percepção e nem os comportamentos enquanto entidades psicológicas ou entidades e processos empíricos, nem, tampouco, enquanto conteúdos de consciência, mas, exclusivamente, enquanto conteúdos de *expressões linguísticas*. Uma emoção, tanto quanto um comportamento são, neste sentido, *operações* do pensamento aplicando palavras para organizar essas próprias experiências - selecionando-as, discretizando-as, identificando-as, construindo conceitos e sistemas de conceitos, verdadeiras “geometrias” conceituais, como diz Wittgenstein - e integrá-las às nossas complexas formas de vida, nossos hábitos e instituições. Todavia, os dados da percepção, as emoções, os sentimentos, os comportamentos não são objetos pontuais, individualizados com precisão, para os quais pudéssemos fornecer critérios definitivos de identidade ou definições completas. Pelo contrário, são objetos de pensamento que variam relativamente às diferentes circunstâncias e situações em que são pensados, na mesma medida em que variam as aplicações de suas próprias expressões linguísticas. E é justamente, segundo Wittgenstein, esta variedade a que estão sujeitos os objetos e suas expressões linguísticas, a mais fundamental característica do conceito - enquanto as situações permitindo, por sua própria natureza, uma definição precisa do objeto e,

consequentemente, a aplicação exata do conceito, são casos particulares da significação que, apesar de igualmente importantes e úteis, não devem ser generalizados.

A idéia que me interessa aqui salientar é a seguinte: o caráter pré-lógico dos elementos componentes da significação linguística está ligado à variação das circunstâncias em que o pensamento elabora objetos e expressões. Uma teoria da representação, e do conceito, em particular, deve levar em consideração as formas elementares do pensamento objetivo que precedem suas formas lógicas, integrando os mais diversos aspectos ligados às circunstâncias em que é construída uma ligação simbólica de reenvio. Ainda que reconhecendo serem as formas lógicas um dos produtos talvez mais bem acabados do pensamento objetivo, uma teoria pragmática da significação deverá ser capaz de situá-las na vida da linguagem, deixando de considerá-las como sendo seu produto mais útil ou eficaz nem, tampoco, o único ou mais fundamental. É neste sentido que a verdade pode ser concebida como sendo exclusivamente de natureza sintética, enquanto a forma analítica do pensamento como exprimindo-se exclusivamente através das definições de equivalências terminológicas. Fora das ligações puramente linguísticas, toda necessidade repousa sobre as ligações entre linguagem e mundo, entre signo e objeto; e o caráter de inexorabilidade que traz consigo repousa, por sua vez, sobre a natureza circunstancial e variada das situações em que estas ligações são estabelecidas: é necessário que o branco seja mais claro do que o preto simplesmente porque *estabelecemos* a relação de mais claro e mais escuro entre dois modelos daquilo que, em nossa experiência, organizamos em termos de cores - através da aplicação das palavras “branco”, “preto”, “claro” e “escuro”, e pela aplicação do conceito de *cor*. É assim que as palavras passam a ganhar significação, ao serem aplicadas a novas situações, inclusive àquelas não previstas inicialmente. O estabelecimento de relações elementares através do signo, assim como a associação entre signos e objetos não comportam, está claro, qualquer necessidade; todavia, uma vez estabelecidas, as relações e as associações tornam-se *princípios reguladores* para a construção de proposições descritivas, que podem apresentar o caráter de necessidade, assim como *constitutivos* dos objetos que essas proposições descrevem.

5 - A concepção de Pragmática que procuro apresentar não está ligada, contrariamente ao que poderia parecer, a uma pesquisa sociológica ou psicológica. De fato, a dimensão circunstancial que constitui a vida dos elementos pré-lógicos da significação conceitual não implica e nem supõe, de nosso ponto de vista, a análise de processos empíricos de natureza extra-simbólica, em geral, nem extra-linguística, em particular. Pelo contrário, trata-se de permanecer no interior do domínio transcendental de inspiração kantiana - com a devida ampliação e precisão acima assinaladas. Uma teoria filosófica da representação e do conceito, ao assumir uma orientação pragmática, deverá elaborar conceitos que permitam interpretar a diversidade de elementos pré-lógicos em sua função *constitutiva* da significação conceitual; mais amplamente, deverá interpretar a ligação simbólica relativamente à dimensão circunstancial em que é construída. Não se trata de integrar a gênese empírica na análise da significação, mas, pelo contrário, de indicar os processos de integração do empírico pela atividade

simbólica que conduzem à organização formal da experiência e à constituição de objetos para o pensamento. Assim, p.e., não é este fragmento empírico de cor que determina a aplicação da palavra “vermelho”, mas, sim, este mesmo fragmento na qualidade de *regra* para a aplicação da palavra. Do mesmo modo, não é a relação pragmática empírica entre os interlocutores, nem as convenções sociais regendo uma comunidade linguística que determinam a significação - a não ser do ponto de vista de sua gênese empírica - mas, pelo contrário, é a atividade simbólica que institui relações pessoais e convenções sociais na qualidade de regras linguísticas *constitutivas* de objetos para o pensamento. O conceito de *promessa*, p.e., não é um objeto de pensamento que tenha sido constituído pelo conjunto de elementos empíricos - psicológicos ou sociais - presentes em sua gênese, mas por operações simbólicas diversificadas que organizam a experiência em objetos de reenvio de signos e em fragmentos com a função de reenviar, segundo determinadas regras. Não é a intenção ou a sinceridade enquanto estados ou atitudes mentais, nem, tampouco, enquanto convenções sociais relativas ao uso das palavras, que constituem a significação conceitual da *promessa*, uma vez que não se pode ensinar alguém a ter intenções nem a acrescentar sinceridade às suas ações: pode-se, apenas, ensinar-lhe a manipular signos, i.e., a aplicar as palavras “intenção” e “sinceridade” a determinadas situações e a não aplicá-las a outras, em concordância com a palavra “prometer” - sem que este ensino possa evitar, como sabemos, os casos de “infelicidade” dos atos de linguagem. Este é o campo de pesquisas de uma Pragmática empírica da linguagem, mas não o de uma Pragmática filosófica. Seguir corretamente as convenções sociais relativas ao ato linguístico de prometer não é garantia de que uma promessa tenha sido realizada - é o caso do cético radical de Kripke.(Kripke,82, cp.2). O comportamento é um critério apenas *externo* para o julgamento do ato linguístico: pode-se julgar se o ato foi ou não realizado, mas não é possível julgar, através do comportamento, se o conceito está ou não presente na realização do ato. Pelo contrário, é preciso saber o que é ser uma promessa para que se possa decidir quais são as convenções que devem ser seguidas para prometer, para que se possa, inclusive, formular as convenções que regem o ato linguístico. A significação do conceito deve permitir a formulação das regras sociais e psicológicas que o engendram empiricamente, sem que seu conhecimento se reduza ao conhecimento de tais regras. Saber prometer não supõe apenas o conhecimento das regras linguísticas da promessa, mas, também, o dos contextos institucionais mais amplos em que essas regras devem ser inseridas, para evitar a intervenção do cético radical. A tarefa de uma Pragmática filosófica seria a de reconhecer este processo contínuo de inserção de regras particulares em contextos mais amplos e interpretá-lo como uma condição de natureza *simbólica* da significação, integrando-o sob a forma de uma função unificadora da diversidade. Em outros termos, a Pragmática filosófica não irá fixar-se na análise efetiva de regras particulares, uma vez que qualquer corte sincrônico será sempre arbitrário - o que daria razão ao cético -, mas, através de diversas regras particulares e de conjuntos particulares de regras, conduzirá sua atenção para a análise das *relações* entre esses conjuntos - suas passagens recíprocas e dependências relativas - procurando formular as condições gerais que permitem e que exigem o estabelecimento de tais relações para a constituição da significação e dos

objetos do pensamento. É assim que será integrado o conjunto de elementos pré-lógicos, quer do ponto de vista das convenções sociais em geral, linguísticas ou outras, diretamente ligadas aos usos da linguagem, quer do ponto de vista das relações interpessoais, igualmente regidas por convenções sociais, linguísticas ou outras -, a saber, não enquanto dimensão empírica, ou diversidade aleatória, mas enquanto função reguladora e unificadora da diversidade, e, conseqüentemente, enquanto função constitutiva dos objetos referidos através dos conceitos.

O caráter *a priori* da necessidade, presente em certos enunciados, será interpretado relativamente às formas elementares de organização que impomos à experiência através da construção de signos. Não se tratará de expor uma tabela de princípios *a priori* de uma subjetividade, ainda que transcendental, nem de princípios atribuídos, agora, a uma unidade pragmática geradora de ações simbólicas. Trata-se, apenas, de sugerir formas de organização simbólica da experiência que possam ser aplicadas como princípios *suficientes* para a compreensão e para a construção da significação conceitual. Tais princípios serão orientados por dois conceitos de natureza pragmática, com o estatuto teórico categorial. Em primeiro lugar, uma categoria que dê conta da atividade do pensamento que organiza conteúdos relativamente a finalidades determinadas, em geral, no interior de situações já tornadas típicas ou relativamente consensuais. Assim, p.e., a organização da experiência em termos de cores, ou de pesos, ou de comprimentos supõe a reiteração de situações efetivas em que determinados aspectos do material bruto da experiência tornam-se importantes para nossa atividade em geral. É aqui que o simbolismo será construído, através de operações que estabelecem as *funções* recíprocas de reenvio - do signo e de seu objeto de reenvio -, assim como suas ligações respectivas, com finalidades determinadas pelas circunstâncias que levaram ao estabelecimento dessas ligações e que, em última instância, determinam as próprias ligações. É o que poderíamos denominar, talvez, de *uso* do simbolismo - ampliando bastante o conceito wittgensteiniano homólogo de *Gebrauch*, uma vez que introduzimos a idéia de *construção* da ligação de reenvio simbólico, acrescentando-a àquela, wittgensteiniana, de *aplicação* (*Anwendung*). Não temos, neste nível, qualquer objeto e nem, portanto, qualquer forma de predicação. Em segundo lugar, uma categoria que dê conta da atividade do pensamento, complementar da anterior mas que a supõe logicamente, que consiste em, após correlacionar elementos quaisquer, inseri-los em um sistema que seja construtível. Assim, p.e., ao propormos uma palavra com a finalidade de denominar um determinado objeto de pensamento, p.e., “vermelho”, esta operação será simbolicamente pertinente sob a condição prévia, necessária e também suficiente, de que já se possua um sistema de organização da experiência em termos de cores, para que seja possível, então, classificar objetos segundo esta técnica específica. A proposição de um objeto de reenvio, em geral, supõe *simbolicamente* a existência de um sistema construtível de objetos que possam vir a ser objeto de reenvio de um signo: cores, conteúdos da percepção, sentimentos, emoções, comportamentos, objetos matemáticos ou da Física, conceitos filosóficos, etc., enquanto objetos de reenvio de signos, supõem simbolicamente a organização de sistemas de cores, eventos perceptíveis, estados psicológicos, etc., sistemas que sejam identificáveis através de regras explícitas ou

virtuais permitindo decidir se algo pertence ou não a esses sistemas - e permitindo, assim, construir proposições descritivas e excluir outras: não sentimos cores e nem percebemos sensivelmente objetos matemáticos, mas percebemos as cores e podemos ter sentimentos específicos relativamente a objetos abstratos, etc. Esta atividade do pensamento evoca explicitamente o conceito estruturalista de *sistema*, mas o amplia ao assimilar a dimensão circunstancial prescrita na categoria anterior, de *uso*: trata-se de interpretar cada sistema como *contexto* complexo, cujos elementos são ações simbólicas de organização da experiência para determinadas finalidades, atividades pragmáticas de comunicação, influência recíproca entre interlocutores, de expressão individual, de transmissão de mensagens, etc. - o que Wittgenstein exprime através de uma metáfora: “formas de vida”, e o que permite, justamente, proscrever o argumento do cético radical. Passamos a ter, neste nível, operações para a construção de objetos e critérios para sua identificação.

As duas categorias - ainda precariamente aqui denominadas de *uso* e *contexto* - serão aplicadas como princípios reguladores da atividade simbólica permitindo que daí possam ser extraídos princípios *suficientes* para a construção e para a compreensão da significação conceitual. Embora prematuramente, seria possível indicar um esboço esmaecido do aspecto que tomaria a sugestão de tais princípios gerais de organização simbólica da experiência. Em primeiro lugar, a atividade elementar, ligada aos processos empíricos de ensino e aprendizagem, que consiste em apresentar exemplos de *ocorrências* da aplicação do signo. Neste caso, não se possui critérios explícitos para a identificação das ocorrências, critérios que pudessem ser formulados como regras; apesar disto, temos, aqui, uma forma bastante eficaz de organização ao sugerir os lugares de aplicação dos signos apelando para a intuição contextual - ou, para evitar a noção psicológica de intuição, melhor seria dizer que se trata de apresentar as ocorrências da aplicação do signo conjuntamente, ou, mesmo, através de suas ligações contextuais. É o que poderíamos denominar de princípio de *exemplificação*. Em segundo lugar, o que poderíamos denominar de princípio de *descrição*: a identidade de uma palavra ou de um conceito é apresentada através de critérios pelo menos suficientes para sua aplicação. Basta que seja possível aplicar convenientemente o signo em um determinado contexto para que se possa daí extrair um bom exemplo de descrição parcial do signo. É possível multiplicar o número de exemplos de *descrições* parciais de aplicação dos signos sem que este processo se confunda com o de simples exemplificação de *aplicações* dos signos: a exemplificação de descrições fornece conjuntos parciais de critérios suficientes - o que não ocorre, como salientamos, com a exemplificação da própria aplicação. A experiência é organizada, neste caso, à medida em que a aplicação dos signos for considerada como sendo suficiente para organizá-la. Em terceiro lugar, podemos complementar nosso esboço acrescentando o que denominaremos de princípio de *definição*: trata-se de apresentar critérios considerados necessários para a identificação do signo através de sua aplicação.

Este esboço, como salientamos, indica apenas a direção geral que poderia tomar uma interpretação filosófica, de inspiração pragmática, da relação simbólica: analisar a relação primitiva de reenvio simbólico em termos de princípios elementares de organização linguística da experiência. Note-se a presença reguladora das duas

categorias pragmáticas na formulação de tais princípios *enquanto* suficientes, e não enquanto princípios necessários nem definitivos. O caráter de necessidade presente em determinados enunciados tem como solo de origem ligações simbólicas de natureza pragmática - o *uso* e o *contexto* do signo, segundo a ainda precária caracterização acima fornecida para estes conceitos - que, uma vez estabelecidas, passam a ser aplicadas como critérios de seleção entre enunciados aceitáveis e enunciados a serem excluídos; sua necessidade vem da função de juiz que se lhes atribui. O solo de origem deixa, aqui, de ser exclusivamente de natureza lógica, e as próprias ligações lógicas ficam igualmente submetidas às operações mais gerais e elementares de uso e de contextualização do signo pelo pensamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRANGER, G.G. *Essai d'une philosophie du style*, A.Colin, Paris, 1968.

_____. *Formes, opérations, objets*, J.Vrin, Paris, 1994.

KRIPKE, S. *Wittgenstein - on rules and private language*, Harvard, U.P., Cambridge, Mass., 1982.

MORENO, A.R. "A propósito da noção de 'estética' em Wittgenstein", em *Manuscrito* vol.VIII, nº. 2, Out. 1985.

_____. *Wittgenstein - através das imagens*, Ed.Unicamp, Campinas, S.P., 1993.